

O LIVRO LITERÁRIO ENTRE REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE LEITURA

COSTA, Keila Matida de Melo*
MELO, Orlinda Maria Carrijo**

PALAVRAS – CHAVES: Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), Literatura em minha casa, livro literário, representações e práticas de leitura.

1 INTRODUÇÃO

O caminho da leitura sempre se configurou, no decorrer da história como um campo polêmico, seja porque os diferentes grupos poderiam se apoderar da prática da escrita, seja porque o ato de ler poderia conduzir a “más leituras”, como afirma Hébrard (1996, p. 36). O meu objetivo é tentar apreender uma parte dessa história da leitura marcada por disputas de poder. Para Certeau (1994, p. 261), a sociedade moderna é moldada pela escrita, isolando não só o povo da elite que detém esse código, e com isso controla e seleciona os demais, mas substituindo as “vozes”, os costumes, pela prática racionalista das letras. Letras que produzem a história. O domínio da escrita atinge o poder de modificar as coisas e reformar as estruturas sociais partindo da convicção de que “com mais ou menos resistência, o público é moldado pelo escrito (verbal ou icônico), torna-se semelhante ao que recebe, enfim, deixa-se imprimir pelo texto” . Contra essa inércia e passividade, o autor mencionado levanta sua voz, afirmando que, por trás da ortodoxia cultural que legitima determinadas práticas, sobressaem criadoras operações de leitura, silenciadas, não vistas, não registradas.

É nesse encontro/desencontro das operações de leitura que escapam às legitimações, permanecendo silenciadas no bojo de um discurso autorizado que busco compreender um pouco da história da leitura. De um lado, o discurso oficial, manifestado em um programa de formação do leitor, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), por meio da coleção Literatura em minha casa, instituído pelo Ministério da Educação (MEC) e, de outro, representações e práticas de leitura de alunos que foram idealizados por esse programa. A compreensão desse encontro entre leitor idealizado e leitor real pode vir a ser a oportunidade de se pensar novos programas de formação do leitor, pode vir a ser a oportunidade de se pensar de que forma uma realidade é construída numa luta de representações, onde o que está em jogo é a hierarquização da estrutura social (CHARTIER, 1990). Essa pesquisa, no âmbito das políticas de leitura, é importante porque complementa ausências de estudos nesse âmbito como apontou Ferreira (2001).

Nesse caminhar, esse estudo busca um panorama do PNBE, desde sua gênese até 2005, mas se limita a uma compreensão maior da coleção Literatura em minha casa, acontecida em 2004, em que 25 alunos, cursando a 4ª série do Ensino Fundamental, de duas escolas da rede pública de ensino receberam uma coleção de

* Mestranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Bolsista da Capes. kmatica@uol.com.br.

** Orientadora de Mestrado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. carrijomelo@uol.com.br

cinco obras literárias. Por essas obras percorrerem, inicialmente, o ambiente escolar muitas indagações surgiram: os livros chegaram ao seu destinatário final? Se chegaram ou não, onde eles se encontram? O que os alunos fizeram com os livros? Eles leram os livros? Eles compartilharam a leitura com a família? Essa leitura foi capaz de instigar a procura por outros livros nos diferentes espaços formais e informais de leitura? O que ficou dessa leitura? O fato de esse livro ocupar um outro espaço que não o espaço impositivo da escola, com suas determinações de leitura, ocasionou maneiras diferentes de lidar com esse objeto? E ainda, de que forma esse livro, escolhido e determinado para um suposto leitor, influenciou na representação que o aluno tem do ato de ler?

Enfim, perguntas e respostas que vão ajudar a compor um pouco do entendimento da relação leitor e livro, enquanto apropriação ou mesmo recusa do ato de ler, trazendo à tona, inclusive, a representação de leitura que eles têm enquanto sujeitos sócio – históricos. As obras a eles destinadas foram pensadas para um determinado leitor, que pode vir a ser, ou não, o leitor real, obras escolhidas por intelectuais, pela “classe dirigente”, que definiram critérios para se pensar nessa relação, pondo em cena a maneira como uma política de leitura é construída tendo em vista a leitura literária.

Uma das indagações de Chauí, divulgada pelo *Jornal do Brasil*, no dia 31 de janeiro de 1993, quando exercia o cargo de Secretária Municipal de Cultura de São Paulo, era pensar a relação da criança com o livro, “eu fiquei me perguntando por que dou o livro e não quero saber o que aconteceu com quem leu o livro”, uma indagação sem resposta¹. Nesse sentido, meu objetivo é buscar as respostas possíveis, indo ao encontro do “leitor arisco, que tem sido caçado, seja por aqueles que querem adestrá-lo, fazendo com se alimente apenas de (boa) literatura e que o faça de maneira correta, seja por aqueles que desejam compreendê-los” (ABREU, 1999). Uma compreensão que parte de uma tentativa de encontrar confrontos alimentados pelas próprias contradições existentes nesse percurso da história da leitura: reprodução ou transformação, resistência ou submissão.

Discutir esse tema pela voz das crianças faz com que esse trabalho se diferencie de outros que têm como porta-vozes os adultos, seja enquanto atuação em sala de aula, seja enquanto práticas e representações de leitura. A criança tem sido tema de várias pesquisas e estudos. Conhecer a realidade de sujeitos que geralmente têm suas vozes silenciadas pela imposição da escola e do sistema, está sendo possível pela abertura a temas pouco pesquisados, oriundos dos estudos no campo da História Cultural.

2 CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

A História Cultural, em contraponto ao paradigma tradicional da escrita da história, enquanto embasamento teórico, “ligada ao movimento da história nova difundido, a partir de 1929, pela Escola dos Annales” (MELO, 2002, p. 7), aponta direcionamentos para diferentes áreas do saber. Na área da leitura Darnton (1992), Mello (2002) transitam pelas leituras clandestinas, ou não oficializadas; Certeau (1994), Chartier (1990, 1996), Fraisse (1997) Hébrard (1996), Melo (1997, 2002), entre vários outros, analisam a história da leitura, do livro, das representações e práticas do ato de ler; Áries (1981), Priori (1991) traçam a história da família e da infância. Enfim, histórias antes não reveladas, omitidas, silenciadas, são

possibilitadas em decorrência de um novo olhar sobre o fazer histórico, favorecendo uma aproximação maior da realidade circundante ou mesmo de um passado enquanto fio condutor para a compreensão do presente.

A História Cultural, de acordo com Chartier (1990), tem como eixo o estudo das representações que embora anseiem a discursos universais, são determinadas por interesses de grupos. Daí o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza, já que um estudo sobre representações supõe invadir um campo de concorrências e competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. Na arena de poder que invade a história da leitura, encontra-se cruzamentos, “de um lado, leitores dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições e disposições caracterizados pela sua prática de ler, e, de outro, textos cujo significado se encontra dependente dos dispositivos discursivos e formais – tipográficos” (CHARTIER, 1990, p. 25-26), enquanto normas e representações que buscam delimitar uma determinada interpretação. Todavia são múltiplos os artifícios utilizados pelo leitor para subverter as ordens que lhes são impostas. Daí a importância de conhecer as operações de leitura, as apropriações do ato de ler, as práticas que definem o “mundo do leitor” em uma liberdade cerceada.

Práticas, representações e apropriações vão assim compor, por meio dos estudos da História Cultural, o embasamento teórico necessário para o desenvolvimento dessa pesquisa qualitativa de tipo etnográfico. A etnografia, pelos estudos de André (2003), é um esquema de pesquisa desenvolvido por antropólogos ao estudar a cultura e a sociedade. Porém, como requer uma longa permanência no local de estudo, comparação de uma cultura com outras e uso de amplas categorias sociais para análise de dados, quando aplicada à educação, o estudo etnográfico não é adotado em seu sentido estrito.

O que caracteriza uma pesquisa em educação do tipo etnográfica, pois, no caso dessa área de saber, toma emprestado as técnicas associadas a etnografia, e que compõe esse estudo, é a entrevista, a análise de documentos, além da ênfase no processo (aquilo que está ocorrendo no decorrer da pesquisa e não no produto final); a apreensão da maneira como as pessoas compreendem a realidade; a interação entre pesquisador e pesquisando, num processo contínuo de transformação, de resposta às circunstâncias da comunicação, modificando, se necessário, as técnicas de coleta e revendo questões durante todo o desenrolar do trabalho. Nessa perspectiva, a pesquisa do tipo etnográfico não se apresenta imutável, é flexível, possibilitando o trafegar sobre um caminho que mesmo previsto pode ser alterado.

A metodologia utilizada para o andamento da pesquisa segue-se por intermédio da entrevista e da análise de documentos que envolvem o PNBE, em sua coleção Literatura em minha casa. Os documentos incluem editais, portarias, coletivas, relatórios, resoluções e textos veiculados a divulgação do programa, como cartazes, *folders* e reportagens. Somado a isso, a apreensão das representações de leitura se faz a partir das entrevistas, que incluem alunos, alguns pais que queiram completar informações e sujeitos portadores do discurso oficial, especificamente, um representante do MEC, e a visão de um intelectual, representando Goiás, que participou da seleção do PNBE/2003.

3. RESULTADOS E DISCUSSOES

O PNBE foi instituído pela portaria ministerial nº 584, de 28 de abril de 1997, tendo como objetivo contribuir para a formação de alunos e professores leitores. Desde sua gênese, o programa veicula discursos que traçam diferentes tipos de bibliotecas, sem indagar a própria funcionalidade delas. O programa deixa registrado, inclusive, o seu lugar histórico, compondo o eixo *Biblioteca Escolar* ou *Fortalecimento da Rede Atual de Bibliotecas* pelo documento do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). No entanto, qual a representação de biblioteca veiculada pela política do PNBE? Em 1998, o acervo desse programa esteve voltado para a formação de uma “Biblioteca Básica”. Em 1998, pressupõe a idéia de “Biblioteca ambulante”. Em 2000, o acervo esteve voltado para o uso de documentos elaborados pela Secretaria de Educação Básica (SEB), portanto, abandono da biblioteca. Em 2001 até parte de 2004, formação de “Biblioteca Particular”, no caso da Literatura em minha casa, “Biblioteca do Professor”, “Biblioteca Escolar” e “Biblioteca Comunitária”. Ao final, em 2005, novamente “Biblioteca Escolar”. O que se percebe são os mesmos discursos com novas roupagens.

Pelo caminho dessas descrições, é possível indagar qual a ligação da trajetória do PNBE com o eixo *Biblioteca Escolar* e *Fortalecimento da rede atual de Biblioteca*? O que significa pensar na rede atual de biblioteca? Existe essa rede? Se existe, será que o PNBE fortalece essa atual rede que, no caso, seria a rede de bibliotecas escolares, já que o Salário Educação, verba do programa, é destinado aos alunos do Ensino Fundamental? Existe a Biblioteca Escolar? Pensar a biblioteca pressupõe pensar apenas em envio de materiais e manuais explicativos? Enfim, uma interrogação sempre leva a outras tantas interrogações e põe em discussão o papel do Estado na formação do aluno leitor, questionando assim os princípios de democracia, de equidade, supondo condições iguais e favoráveis de cidadania.

Outro apontamento encontrado é a efetivação do programa nos anos de 2001 à 2003, em que uma coleção de obras literárias foi distribuída para propriedade de alunos: Literatura em minha casa. Mesmo com a participação de selecionadores da área da leitura e literatura, a seleta final dessas obras acaba tendo que atender aos quesitos previstos no edital. Sendo assim, embora o livro escolhido envolvesse todo um conjunto que o caracterizava, qualidade literária e artística, esse objeto deveria se adequar às exigências do programa, como redução do formato, diminuição das cores, uniformidade, quantidade de páginas, entre outras.

Esse modelo de livro, pensado pelo MEC, evidencia a constituição de um determinado leitor a partir dos protocolos de leitura, manifestados na matéria tipográfica. Modelo que se assemelha ao da Biblioteca Azul, série editada ao longo do século XVII, na França, e que, segundo Chartier (1996), reunia textos uniformizados em edições que tinham como objeto baratear o custo do material impresso e alcançar o maior número possível de leitores. No caso da Biblioteca Azul, esse fato era destinado ao acesso de um leitor que se pretendia comum. O mesmo ocorreu com a Literatura em minha casa, em que não só o material impresso pressupõe determinados leitores (uniformizado perante o conhecimento da escola, com uma leitura x) como a seleção dos textos contidos na coleção reforça a escolha por um público que se quer ideal.

Dessa forma, não só os editores que compuseram a coleção para seleção, mas a própria política do programa ansiavam por um público específico, idealizado conforme determinadas representações. Representações que se expandem para muito além desse público, atingindo a composição dos espaços formais de leitura, como a biblioteca, e evidenciando a maneira como um programa de leitura idealiza, divulga e desenvolve suas ações. Todavia, em meio a uma liberdade cerceada seja

pelos dispositivos que marcam o objeto livro, seja pelas estratégias de apelo que envolve a questão da leitura, encontra-se o leitor real, “animal ainda mal adestrado cujos costumes são mal conhecidos” (FRAISSE; POMPOUGNAC; POULAIN, 1997, p. 8). Nesse sentido, essa pesquisa busca ir ao encontro desse leitor arisco a fim de traçar o percurso da história de leitura desse sujeito, enquanto reprodução ou transformação, resistência ou submissão.

NOTAS

¹ O texto *O elogio de livro* é fruto de uma palestra da filósofa Marilene Chauí, numa reunião de trabalho, quando exercia ainda o cargo de Secretária Municipal da Cultura de São Paulo. Ela foi publicada na seção *Idéias*, do *Jornal do Brasil*, no dia 30/01/1993.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia. A caça ao leitor (editorial). In: **Leitura: Teoria & Prática**. v. 19, n. 34, dez. (1999). Campinas, SP: Associação de Leitura do Brasil, Porto Alegre: Mercado das Letras, 1999.

ANDRÉ, Marli. **Etnografia da prática docente**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. **A história cultural, entre práticas e representações**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand Brasil, S.A., 1990.

_____ **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecários na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Tradução de Mary del Priore, Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

_____ **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette – mídia, cultura e revolução**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990.

FERREIRA, N. S. A. **A pesquisa sobre lectura no Brasil 1980-2000 – Catálogo analítico de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado**. CD-ROOM . Fundo de Apoio ao Ensino e a Pesquisa – FAEP; Faculdade de Educação – UNICAMP.

FRAISSE, E; POMPOUGUE, J. C; POULAIN, M. **Representações e imagens da leitura**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar: como Jameray-Duval aprendeu a ler. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de leitura**. Tradução Cristiane Nascimento; revisão da tradução Angel Bojadsen I. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

